



Praça Dom Adauto: história e morfologia na cidade de João Pessoa (PB)

Autores:

Fernando de Oliveira Morais - Faculdades Integradas de Patos - moraiss.fernandoo@gmail.com

Resumo:

Este artigo apresenta o estudo sobre as transformações morfológicas ocorridas na Praça Dom Adauto na cidade de João Pessoa, Paraíba. A Praça situa-se no centro histórico da cidade, sendo cenário de grandes eventos religiosos, cívicos e populares que compõem a história social da capital paraibana. A pesquisa visa revelar e analisar as transformações sócioespaciais ocorridas na Praça: as reformas urbanas, desde a sua inauguração, e os variados usos que ela já abrigou, assim, questiona-se se a função e o valor mantiveram-se após as intervenções? As interações encontradas revelam um cenário que abrange o direito a cidade e a prática diversificada e pontual de usos em áreas históricas das cidades, muitas vezes encontrando-se em estado de abandono e degradação. Espera-se contribuir com os estudos da cidade de João Pessoa, mas também com a discussão acerca da história, identidade, cultura e usos dos espaços livres públicos nos centros históricos.

PRAÇA DOM ADAUTO

História e morfologia na cidade de João Pessoa (PB)

INTRODUÇÃO

Em diversos campos do conhecimento observa-se um crescente número de pesquisas acerca dos espaços públicos nas cidades, pois constata-se a dependência deles para a manutenção da vida pública por possibilitarem os encontros, as manifestações, as interações e a expressão da sociedade, mas também de ser um local privilegiado para a vivência do fenômeno do lazer e a convivência social (FERRARI, 2004, p. 293). Em síntese, os espaços públicos são de propriedade e domínio da administração pública, “o qual responsabiliza ao Estado com seu cuidado e garantia do direito universal da cidadania e a seu uso e usufruto” (ALOMÁ, 2013), sendo considerado, no âmbito físico, como um “vazio urbano”, isto é, um espaço livre de edificações, podendo também ser também correspondente a uma área verde da cidade caso haja presença de vegetação no local. Um dos representantes dos espaços livres públicos são as praças, podendo ser conceitualizadas como

Logradouro público urbano, geralmente de forma retangular ou quadrada, delimitado por vias ou algumas vezes, por edificações. É um espaço de lazer ou recreação, podendo conter ou não vegetação e edificações de caráter institucional. Tradicionalmente, a praça é um local de reunião importante nas cidades, o planejador deve saber tirar partido dessa sua função comunitarizante. Trata-se de um bem público de domínio público, portanto inalienável (FERRARI, 2004, p.297).

Em adição Robba e Macedo (2002, p. 17), complementam que elas são “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Então questiona-se: quais funções e valores uma praça pode assumir? Elas permaneceriam após a execução de intervenções urbanas? Diante desses questionamentos este artigo busca investigar e analisar a história e a morfologia da Praça Dom Adauto, localizada no bairro do Centro da cidade de João Pessoa, Paraíba. As interações encontradas revelam um cenário que abrange o direito a cidade e a prática pontual de usos em áreas históricas das cidades, muitas vezes encontrando-se em estado de abandono e degradação.

Este artigo apresenta o estudo sobre as transformações morfológicas ocorridas na Praça Dom Adauto, também conhecida como Praça do Bispo ou Praça do Carmo, na cidade de João Pessoa, Paraíba. A Praça situa-se no centro histórico da cidade, sendo cenário de grandes eventos religiosos, cívicos e populares que compõem a história social da capital paraibana. De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010, a cidade de João Pessoa tinha uma população de 723.515 habitantes (BRASIL, 2010) em proporção a 153 praças, distribuídas de forma não igualitária, pelos seus 64 bairros em 2007 (CABRAL, 2007), concentrando-se o maior número de praças nos bairros do Centro e do Castelo Branco, cada qual com 18 praças, destacando que as praças do centro histórico assumiram predominantemente função de passagem e descanso devido à ociosidade a partir da década de 1970 quando houve uma expansão urbana que resultou no deslocamento da população rumo ao litoral e aos outros bairros. Assim, esta pesquisa visa revelar as transformações sócioespaciais ocorridas na Praça através da análise das reformas urbanas desde a sua inauguração e dos variados usos que ela já abrigou, assim, questiona-se se o seu valor manteve-se após as intervenções e quais os perfis de públicos que ela abriga atualmente?

A metodologia de estudo e de análise do tema foi realizada através de pesquisas em material bibliográfico, documental e iconográfico em adição de visitas *in loco* com o intuito de investigar e observar em diferentes turnos e dias, as possíveis dinâmicas entre o espaço e seus usuários, com registros fotográficos e audiovisuais. Justifica-se, assim, a importância desta pesquisa pelo registro e pela contemplação da experiência na Praça Dom Adauto, buscando ampliar as discussões sobre as reformas urbanas, a morfologia e a identidade de espaços públicos em centros históricos, mas também espera-se contribuir com os estudos da cidade de João Pessoa, mas também com a discussão acerca da história, identidade, cultura e usos dos espaços livres públicos nos centros históricos.

A FORMAÇÃO DA PRAÇA DOM ADAUTO

A Praça Dom Adauto, também conhecida como Praça do Bispo ou Praça do Carmo encontra-se no estado da Paraíba (figura 1a), na cidade de João Pessoa (figura 1b), na Zona Norte da cidade e no bairro do Centro (figura 1c): A Praça Dom Adauto (figura 1d) está situada entre o Conjunto Carmelita [Igreja de Santa Teresa de Jesus e a casa de oração da Ordem Terceira do Carmo {em vermelho}, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo {em laranja}, o Palácio do Bispo {em amarelo}], a Avenida Visconde de Pelotas¹ {em rosa}, a Avenida Dom Pedro I {em lilás} e a Rua Acadêmico Aloísio Sobreira {em azul}, sendo parcialmente fechada devido à construção da Praça, passa a incorporá-la permitindo a passagem apenas de pedestres.

¹Uma das ruas mais antigas da Capital, antigamente nomeada como Rua da Cadeia e em seguida, Rua da Cadeia Velha (AGUIAR, 2002);

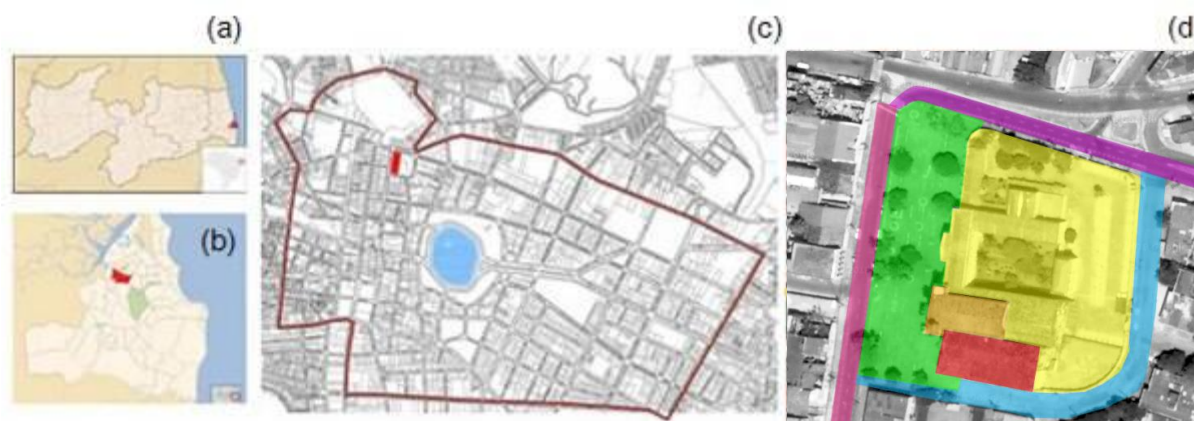


Figura 1: Mapa de localização da Praça Dom Adauto

Fonte: (a) João Pessoa (2018); (b) Centro (João Pessoa) (2018); (c) Prefeitura Municipal de João Pessoa (Adaptado pelo autor); (d) Google Maps (2018) (Adaptado pelo autor).

A cidade de Nossa Senhora das Neves² (atual cidade de João Pessoa) foi fundada em 1585, sob a titulação de cidade sem nunca ter passado pela designação de vila sendo considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil (GONÇALVES, 1999, p. 22), enquanto a Ordem dos Carmelitas chegou no Brasil em 1591 (MELLO; ALBUQUERQUE; SILVA, 2005), contudo de acordo com Honor

Não se sabe ao certo quando a Ordem Terceira Carmelita surgiu na Capitania da Paraíba. De acordo com Mello, Albuquerque e Silva (2005, p. 46): “Segundo o historiador Irineu Ferreira Pinto remonta [sic] ao ano de 1706 as referências documentais mais antigas a respeito da Ordem Terceira Carmelitana na Paraíba.”. Infelizmente os autores não indicam o local de onde tiraram tal informação, pois não há nenhuma referência em Pinto (1977) sobre a Ordem Terceira Carmelita no ano de 1706 (HONOR, 2009, p. 13).

Em adição, Lins (2006, p. 230) ressalta que é possível afirmar “com boa margem de segurança que o Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania da Paraíba começou a ser edificado entre 1605 e 1609”.

Sob o domínio holandês (1634-1654), a cidade passou a chamar-se Frederiksdadt (Frederica), em homenagem ao Príncipe de Orange, Frederico Henrique. A dominação holandesa pouco contribuiu para o desenvolvimento da cidade, embora desenvolveram os registros cartográficos e descritivos da época (figura 2). Pelo mapa é possível notar que havia algumas vias transversais, como a Travessa³ do Carmo (figura 3), cujo trajeto estava associado

² “Segundo Murillo Marx, as cidades coloniais brasileiras foram fundadas sempre a partir da doação de uma área de sesmaria para determinado santo, com a conseqüente construção de uma capela e instituição de uma paróquia em seu louvor” (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 18).

³ As travessas são ruas que cortam as ruas diretas, e principais, caminhos atravessados, caracterizadas por ruas secundárias que fazem ligações entre as principais, ou seja, as travessas são ruas secundárias que fazem ligações entre as ruas principais. São elementos marcantes na cartografia oitocentista, onde às vias principais e espaços públicos, como campos e largos, ligam-se a uma travessa que daqueles recebem o mesmo nome. Elas dispõem de pequenas dimensões, sendo criadas pela população

à posição dos edifícios religiosos na malha urbana⁴, numa distribuição em forma de uma cruz (figura 4), levando a observar a relação que havia entre o traçado urbano e os edifícios religiosos que pontuavam a cidade.



Figura 2: "FREDERICA CIVITAS". Gravura de Jan van Brosterhuisen. Detalhe de uma imagem que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa nº 26, exemplar da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Em rosa a inserção do Convento do Carmo; em azul a Travessa do Carmo.

Fonte: Reis (2000). Adaptado pelo autor.



Figura 3: Fotografia de 1877 mostra a antiga Travessa do Carmo, posteriormente, Travessa Conselheiro Henriques, ao fundo a Igreja Nossa Senhora do Carmo. Fonte: Acervo Walfredo Rodrigues.

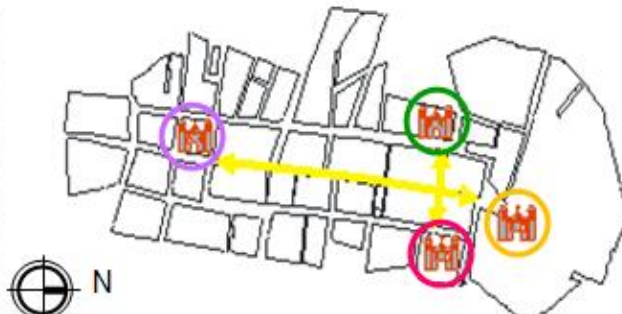


Figura 4: Foto aérea e mapa da área, destacando a localização das igrejas das Ordens Religiosas: Convento de São Francisco – ao Norte (em laranja); Igreja de São Gonçalo – ao Sul (em lilás); Mosteiro de São Bento - ao Oeste (em verde); Convento do Carmo – a Leste (em rosa)

Fonte: Araújo (2005) adaptado por Morais (2012, p. 6).

Observa-se que a implantação das ordens religiosas na cidade exerceu uma importância significativa para a formação do núcleo urbano e para a colonização da capitania. Silveira (2004, p. 113) destaca que no cenário do Brasil-colônia, “a religião, colocando-se como

a partir do uso cotidiano das áreas públicas em caminhos trilhados recorrentemente no trajeto entre os locais de uso mais constante a fim de encurtar distâncias, constituindo-se como espaços referenciais por ligarem elementos importantes do conjunto urbano (ALMEIDA, 2006, p. 67).

⁴ Segundo Silveira (2004) o logradouro em estudo apresentou-se como o primeiro suporte e a primeira referência histórico-espacial do percurso, funcionando como baliza-raiz. Silveira (2004, p. 112) cita Sampaio (1999) que explica que na tradição urbanística, a praça provavelmente seja uma daquelas “invariantes” mais marcantes da forma urbana, sendo um dos componentes morfológicos estruturantes na cultura ocidental.

um aspecto necessário e premente, fazia-se representar no espaço urbano, como pontos referenciais de percursos”, servindo de baliza para a configuração do tecido urbano e influenciando na definição e na estruturação de percursos.

Segundo a ficha técnica da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, “edificaram primeiramente uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, a qual, provavelmente, situava-se no mesmo local onde hoje se ergue a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, porém se tem precisão da época e do local onde os mesmos foram edificadas”, pois os documentos da Ordem foram danificados na fuga dos carmelitas devido à invasão holandesa no final de 1634, registrando-se apenas nesta data que o Convento ainda estava inacabado (IGREJA, 2016, p.1). Em 1639 Elias Heckmans cita que o Convento ainda encontrava-se por concluir. Este autor não fez menção à Igreja Nossa Senhora do Carmo, contudo, ela já devia existir àquela época, pois em 1763, Frei Manuel de Santa Tereza deu início a restauração do Convento, acrescentando em relato que “sobre as bases da antiga igreja um templo majestoso que ainda se salienta como obra grandiosa no patrimônio artístico da Paraíba” (BARBOSA, 1953 *apud* IGREJA, 2016, p. 1). Posteriormente, em 1654, a cidade retornou ao domínio Português, sendo renomeada Parahyba. A guerra para a expulsão dos holandeses deixou a Paraíba em difícil situação econômica. O cenário era de uma total ruína, e apenas em 1676 os carmelitas e tiveram ordem para voltar à capital. Honor (2009, p. 13) acrescenta que “em 1717, os frades carmelitas da Ordem Primeira doam⁵ o terreno ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Carmo para a Ordem Terceira Carmelita, no intuito de que esta pudesse construir sua igreja que seria consagrada a Santa Teresa de Jesus”, que, posteriormente “em 1722 iniciam-se as obras da construção da Igreja da Ordem Terceira de Santa Teresa de Jesus”. Segundo o autor, não foi possível determinar a data do início da construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo,

[...] todavia é factível supor que sua edificação iniciou-se juntamente com a do convento carmelita assim que os primeiros frades se instalaram na Capitania da Paraíba, pois era prática comum das ordens missionárias iniciar a construção de suas igrejas juntamente com as respectivas casas conventuais [...] em 1730 a estrutura da igreja já existia em condições de comportar a realização de cultos abertos à população ordinária da cidade. Contudo, o fato do templo já se encontrar aberto para a sociedade não deve precipitar uma afirmação de que a edificação já se encontrava finalizada com o aspecto que hoje se observa. Era uma prática comum que as igrejas ainda

⁵ Na época colonial não existia a propriedade absoluta da terra, e sim o sistema de concessões para a exploração. Esse sistema perdurou até 1980 e outorgava à Igreja o direito sobre o pedaço da terra. Logo, o então responsável pela paróquia ficaria com o direito de repartir a área doada e conceder pedaços de chão para quem solicitasse iniciando dessa forma uma estrutura urbana. De uma forma geral, o centro era destinado à capela, e seu adro, enquanto o seu entorno se destinava ao cemitério e o rossio. Se houvesse sobra, os espaços eram divididos em lotes que por sua vez eram concedidos aos agregados da sesmaria, ou seja, empregados, escravos alforriados, comerciantes, que pagavam essa terra à paróquia. No entorno dessa capela, iriam surgindo às edificações que compunham uma freguesia, arraial ou vila. À medida que surgiam à malha urbana das cidades coloniais, conseqüentemente apareciam os primeiros espaços livres públicos: os adros das igrejas, que eram justamente os espaços deixados frente às igrejas. Com o passar do tempo, a população foi aumentando assim o adro à igreja se consolida como elo entre a comunidade e a paróquia, o mais importante polo da vila e o centro da vida sacra e mundana, pois atrai para seu entorno as mais ricas residências, os mais importantes prédios públicos e o melhor comércio (ROBBA; MACEDO, 2002).

incompletas, porém com a mínima estrutura aceitável para sua utilização, fossem abertas para o culto (HONOR, 2009, p. 12).

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelas Ordens Religiosas para retomar a construção e conclusão dos seus conjuntos arquitetônicos. As obras da Igreja Nossa Senhora do Carmo só foram concluídas do ano de 1778, à custa de donativos de particulares (IGREJA, 2016). Na planta da cidade da Parahyba, de 1855⁶ (figura 5), a Travessa do Carmo já apareceu melhor definida e sob a configuração de Largo⁷ do Carmo (DIEB, 1999, p. 49-50).



Figura 5: Planta da Cidade da Parahyba (1858) com destaque para o Convento de N. S. do Carmo

Fonte: Primeira (2008), editada pelo autor.

O Largo do Carmo era caracterizado como um espaço urbano caracterizado pelo alargamento de vias diante a Igreja Nossa Senhora do Carmo, constituindo-se como uma pequena praça que concentrava os principais usos urbanos em torno de uma das primeiras ruas e travessa da cidade, estabelecendo perspectivas onde o Conjunto Carmelita podia ser

⁶ Essa planta baixa por vezes é referenciada na literatura como proveniente do ano de 1855 (MOURA FILHA, 2004, p. 38) ou de 1858 (MAIA, 2014, p. 11). Ela foi encomendada pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan (1857 - 1859) aos engenheiros Bless e Poleman e confeccionada pelo engenheiro militar Alfredo de Barros Vasconcelos.

⁷ Largos são considerados como pequenas praças, formalmente apresentados na conformação urbana como alargamento de vias diante de uma edificação de referência, os largos da capital paraibana se apresentam, no fim do século XIX, como espaços quantitativamente relevantes e de grande representatividade na cidade. Geralmente situados em frente às igrejas, mas também nas imediações de edificações de função representativa da ordem urbana ou de outros elementos referenciais, os largos atraem para seu entorno as principais atividades e construções do período colonial, ainda visíveis no final do século XIX. Concentrando os principais elementos urbanos, deles partem as primeiras ruas, becos e travessas, estabelecendo perspectivas onde eles podem ser lidos como continuação das vias, que se alargam diante das edificações mais significativas, proporcionando um espaço de aglomeração. Assim, assumem papel de grande representatividade dos espaços urbanos, tanto na relação formal que estabelecem com os demais elementos do conjunto, quanto nas atividades que movem o cotidiano cidadão. Essa participação dos largos na vida cidadina também é acentuada pelo papel da Igreja na cidade de então, quando essa instituição é referência essencial para a vida cotidiana. Seu sino organiza o uso do tempo e é mensageiro de boas e más notícias. Os largos são palcos de atividades religiosas e onde se organizam os cortejos (ALMEIDA, 2006, p. 72-73).

lido como continuação das vias, que se alargavam e proporcionavam um espaço de aglomeração, como palcos de atividades religiosas. Essa disposição é encontrada nas primeiras praças no Brasil, no século XVI, vinculadas a espaços religiosos, afirmando-se seu rigor formal ao longo dos séculos XVII e XVIII. A partir do século XVII, o espaço livre público vai adquirindo o papel de gerador do traçado e passa a ser concebida como centro simbólico, funcional e formal da cidade como forma de valorização das áreas de maior interesse da comunidade, onde algumas edificações de importância articulam-se à geração de um espaço livre destinado à aglomeração popular, assumindo escalas compatíveis com sua importância simbólica e constituindo-se em pontos focais urbanos, possibilitando maior riqueza de perspectivas que valorizam suas formas, através, inclusive, das principais fachadas dos edifícios oficiais ou religiosos que se encontram em seu entorno⁸ (TEIXEIRA, 2004). Em seguida, no século XIX, o antigo conjunto de edificações localizado em frente ao local do atual Palácio Episcopal, já havia sido demolido e a área resultante foi incorporada ao antigo Largo, passou a chamar-se Campo⁹ do Conselheiro Henriques¹⁰, referência ao comendador paraibano, Antônio José Henriques. Medeiros Filho (2013, p. 89) indica que “embora o poder público já idealizasse um sistema de bonde a tração animal em 1886 (MENSAGEM, 1886, p. 54-55), ele só veio se tornar realidade dez anos depois, em um empreendimento de capital misto, público e privado”, sendo percurso composto pelo Campo do Conselheiro Henriques havia o percurso do bonde (figura 6):

O percurso descrito para a Linha Comércio por Rodriguez (1994, p. 181), como provisório com cerca de 1.200 metros de comprimento, tornou-se a melhor opção para o percurso e passou a ser definitivo. A Companhia Ferro-Carril Parahybana implantou [...] a Linha Tambiá, que, semelhante à Linha Comércio, fazia o mesmo percurso até a Igreja do Rosário [...] ia até o Campo do Conselheiro Henriques, onde terminavam os trilhos em frente ao Convento e à Igreja do Carmo (MEDEIROS FILHO, 2013, p. 94).

⁸ As praças coloniais brasileiras tinham como característica formal dominante a presença de um templo em seu entorno, por sua vez, todos os edifícios importantes da cidade passaram a ser implantados no seu entorno. A praça, até esse momento chamada de largo ou terreiro, era o espaço de interação onde a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza (ROBBA; MACEDO, 2002).

⁹ Campo pode ser considerado como um pedaço de terra baixa, e plana, terra fora da cidade ou arraial militar, são áreas não edificadas e sem tratamento urbanístico, os espaços assim intitulados são, na maioria das vezes, utilizados para fins militares. Instalados na periferia da cidade, não são objeto de uso cotidiano pela população, destinando-se a atividades e treinamento militares. Na capital paraibana, são encontrados, geralmente, nas proximidades dos conventos que, no início, situam-se comumente nas periferias. Quando englobados pela cidade, aproximando-se das áreas de movimento cotidiano, os campos deixam de ter função predominantemente militar. Mesmo mantendo a denominação de campo, eles passam a abrigar diferentes tipos de atividades como jogos, feiras e festas (ALMEIDA, 2006, p. 72).

¹⁰ No redesenho da “Planta da Cidade da Parahyba (1858)” elaborado por Vidal (2004), a autora nomeia o logradouro como Campo do Conselheiro Henriques.

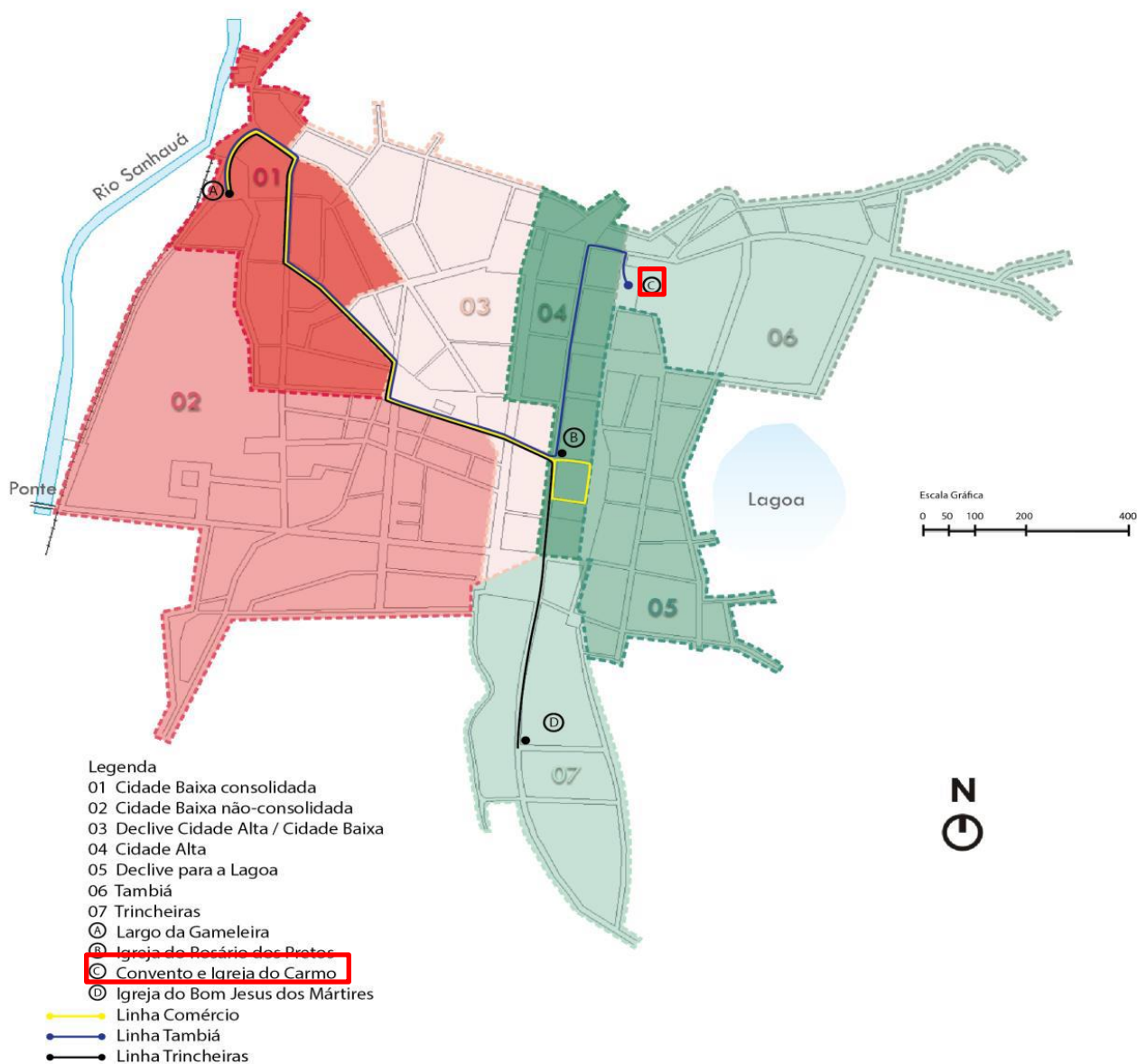


Figura 6: Traçado das três linhas do bonde a burro – 1896

Fonte: Rodrigues (1994, p. 181) modificado por Medeiros Filho (2013, p. 95).

Observava-se a implantação da Igreja do Carmo e do Convento (figura 6), diante uma vegetação nativa e rasteira, apresentando uma ambiência árida, inóspita e ainda não urbanizada, no quais os caminhos foram criados a partir do uso cotidiano do Largo, recorrentemente trilhados pela população no trajeto para o Conjunto Carmelita. Nos primeiros anos do século XX, novas contribuições para a arquitetura da cidade da Paraíba foram escassas e pontuais, entretanto os exemplares construídos por iniciativa da Igreja Católica foram de grande valia para a paisagem da Cidade Alta, exemplifica-se a reforma do Conjunto Carmelita realizada em 1906. A edificação antigamente composta com grandes proporções de traços coloniais portugueses foi mascarada pela estética do classicismo

acadêmico para locação do Palácio Episcopal, representando elegância, modernidade e em conformidade com modelos internacionais (figuras 7, 8, 9 e 10) (PALÁCIO, 2016). Percebe-se que os caminhos ainda permaneciam demarcados sob o gramado, divergindo apenas da monumentalidade do Palácio Episcopal, que criou uma área externa privada e cercada por grades.



Figura 7: Conjunto Carmelita em 1906 antes da reforma
Fonte: Severiano (1907).

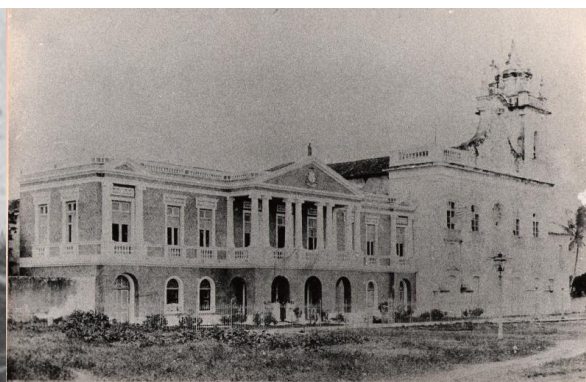


Figura 8: Praça Dom Adauto em 1908
Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.



Figura 9: Conjunto Carmelita após a reforma
Fonte: Acervo FUNDAJ.



Figura 10: Conjunto Carmelita
Fonte: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa.

Com as intervenções urbanas realizadas durante a administração de Camillo de Hollanda (1916-1920) a cidade experimentou uma fase de constante progresso, crescimento e expansão, modificando o aspecto físico, social e econômico colonial da urbe, através do saneamento, com instalação de água, esgoto e luz elétrica. Neste cenário o arquiteto, Hermenegildo Di Lascio / Firma Cunha & Di Lascio¹¹, projetou a Praça Conselheiro Henriques, renomeada para Praça Dom Adauto, em 6 de fevereiro de 1919 (SILVA, Aline, 2016, p. 405), em homenagem ao primeiro bispo e arcebispo da Paraíba: Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Sua configuração espacial (figura 11) era composta por pavimentação e árvores distribuídas entre bancos, postes e luminárias, inseridos nos arruamentos que a circulavam e determinavam seu parcelamento em três pequenas praças com um traçado destinado a um grande gramado, inicialmente sem vegetação frondosa e aos efeitos da insolação (figuras 12 a 17). O campo visual permitia a ampla visualização do monumento erguido à memória do Dr.

¹¹ No ano de 1918 foi firmado com a firma Cunha & Di Lascio o projeto da Praça Conselheiro Henriques no valor de [22:000\$000] (GUEDES, 2006, p. 123).

Álvaro Lopes Machado¹², do Conjunto Carmelita e de seu entorno, composto por várias residências, a exemplo o Casarão dos Azulejos, edificado no início do Século XX (AGUIAR, 2002).

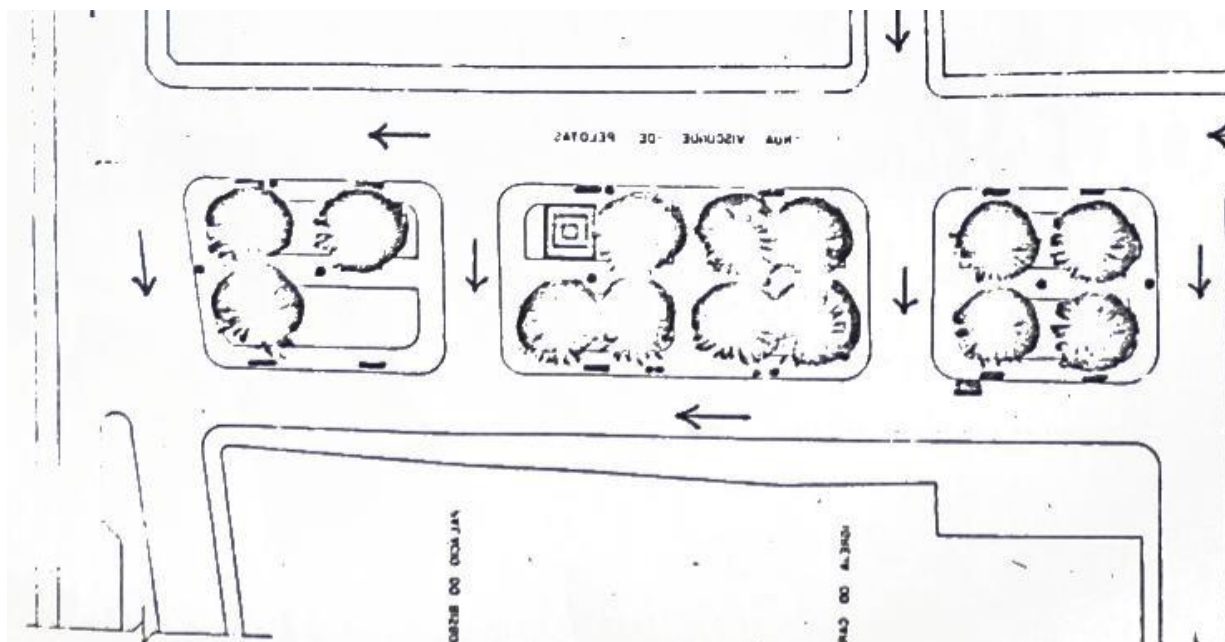


Figura 11: Projeto da Praça Dom Adauto em 1987

Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, CPDCH apud Silva, Anne, 2016, p. 62.



Figura 12: Praça Dom Adauto na década de 1920
Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ.



Figura 13: Vista do observador da Praça Dom Adauto na década de 1920
Fonte: Acervo FUNDAJ.

¹² Monumento de bronze datado de 1892 e erguido em 5 de fevereiro de 1924 em homenagem ao segundo governador republicano do Estado da Paraíba Dr. Álvaro Lopes Machado (SILVA, Aline, 2016, p. 62).



Figura 14: Vista do observador da Praça Dom Adauto em 1921

Fonte: Revista Era Nova, 15/jul/1921.



Figura 15: Praça Dom Adauto na década de 1920

Fonte: Acervo da revista Era Nova.



Figura 16: Conjunto Carmelita na década de 1940

Fonte: IPHAN Superintendência de Pernambuco.



Figura 17: Vista do observador da Praça Dom Adauto em 1967

Fonte: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa.

Não obstante, a realidade da Praça Dom Adauto era reflexo do que ocorria em toda a área central da cidade desde o início do século XX, quando ruas e praças foram abertas e alargadas para atender a demanda do transporte público e privado: ocupadas pelos automóveis, com as praças servindo de estacionamento e circulação dos mesmos (figuras 18, 19 e 20). “A Praça Dom Adauto, por exemplo, encontrava-se “descaracterizada existindo espaços desarticulados por vias de tráfego secundário e invasão do comércio de lavagem de carros, impedindo a utilização dessa área como área de lazer e preservação ambiental” (CDCHJP, 1988)” (SILVA, Anne, 2016, p. 61).



Figura 18: Vista do observador da Praça Dom Adauto em 1927

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba.



Figura 19: Arruamentos no entorno da Praça.
Fonte: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa.



Figura 20: Praça Dom Adauto em 1988.
Fonte: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa.

Diante deste cenário, uma nova proposta de intervenção (figura 21) foi elaborada em 1 de junho de 1988, que aponta que “o Projeto de intervenção dessa Praça foi desenvolvido com o objetivo de recuperar a unidade do Conjunto de singular valor histórico arquitetônico onde a proposta visa realçar os monumentos religiosos dos Carmelitas e as edificações do século XIX” (SILVA, Anne, 2016, p. 60), dispondo de um novo *layout* para o piso, a substituição do mobiliário urbano e das espécies arbóreas. O projeto de reforma urbana da Praça Dom Adauto caracterizou o logradouro como “uma área de aproximadamente 2000 m², composta de 3 módulos planos e retangulares sendo o módulo central de maior extensão”. Relatou-se problemas como a cobertura vegetal existente que era composta de 15 árvores de grande porte, especificamente “jambeiros”, em um “mau estado de conservação” e locados formando uma “barreira verde” densa e escura, “impedindo a visualização do conjunto arquitetônico da Ordem dos Carmelitas”, além que a Igreja estava sofrendo com o tráfego de carros, “uma vez que se apresentam rachaduras em sua parede, comprometendo desta forma a estrutura do monumento.” (IPHAEP, 1988 apud SILVA, Anne, 2016, p. 63).



Figura 21: Praça Dom Adauto em reforma em 1988.

Fonte: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa.

Considerando a realidade encontrada, o Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto incorporou a antiga configuração, em três canteiros, e gerou um piso contínuo mas definindo três “ambientes” distintos, a fim de que fossem “valorizadas” as potencialidades de cada setor da praça (figuras 22, 23 e 24).

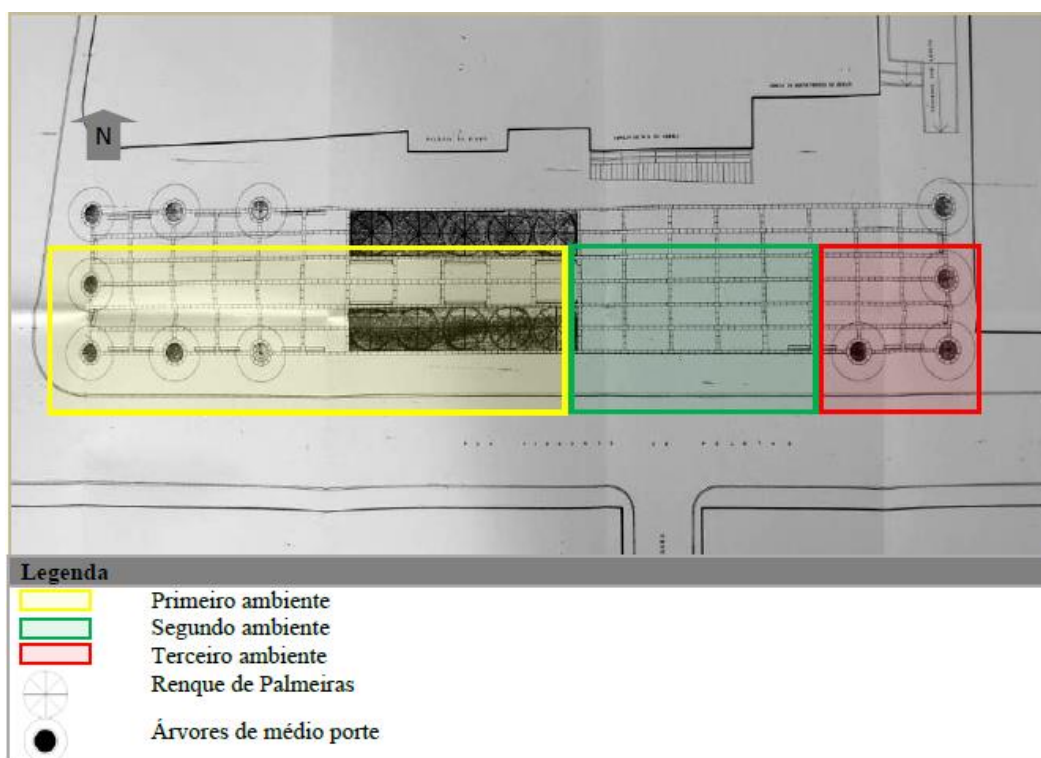


Figura 22: Planta da proposta de revitalização da Praça Dom Adauto em 1988

Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa, 2013, editado por Silva, Anne, 2016, p. 66.

O primeiro ambiente limitado pela Rua Dom Adauto (atualmente Rua Dom Pedro I) e correspondendo à fachada do Palácio do Bispo, foi pensado para ser convidativo a diversos usos, em especial a convivência, apresentando uma arborização e mobiliário que propiciassem este uso. Vale ressaltar que à frente do Palácio propôs-se a inserção de um renque de palmeiras, visando amenizar a presença da edificação neoclássica, resultante de uma reforma no antigo convento das carmelitas, dissimulando sua presença frente aos demais elementos do conjunto remanescente do século XVIII. O segundo ambiente, foi indicado no Projeto de Revitalização (1988) como “um espaço aberto para contemplação, sem interferências visuais”, correspondendo às fachadas da Igreja do Carmo, Igreja de Santa Teresa de Jesus e a Casa de Oração, que passariam a ser vistas pelo transeunte, sem qualquer obstáculo.

Por fim, na extremidade ao sul da praça foi proposta a inserção de espécies vegetais de copa mais densa, visando minimizar as “interferências visuais” causadas pela edificação ali presente, na época julgadas de “2ª ordem” (PRPDA, 1988). (SILVA, Anne, 2016, p. 64-65).

Como resultado desta intervenção, observa-se a unificação de todo o piso, eliminando a antiga fragmentação espacial e retornando a proposta do largo (figuras 23, 24 e 25). Com esta nova configuração, o pedestre é privilegiado pelo fornecimento de um amplo passeio, que favorece a percepção do seu entorno edificado e a valorização do monumento tombado, contudo, não o convida para permanecer no espaço nas atuais condições.

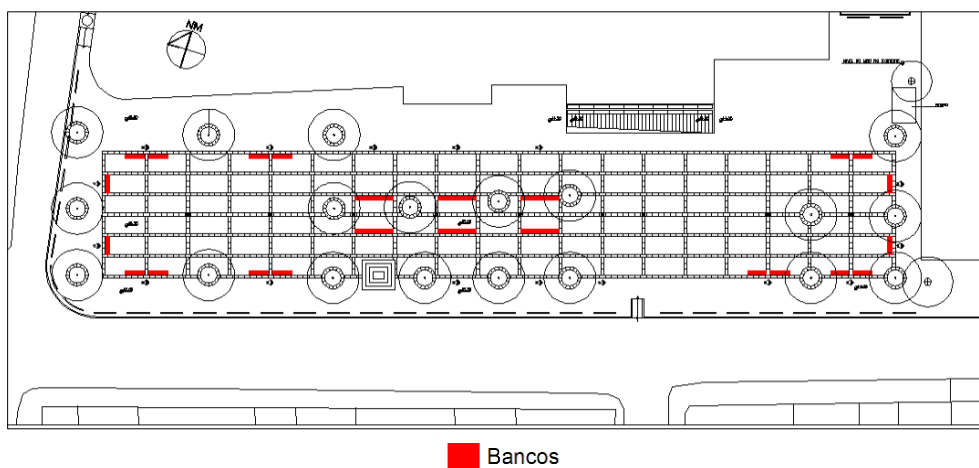


Figura 23: Planta da implantação dos bancos na Praça Dom Adauto
Fonte: Cabral, 2007, p. 33.

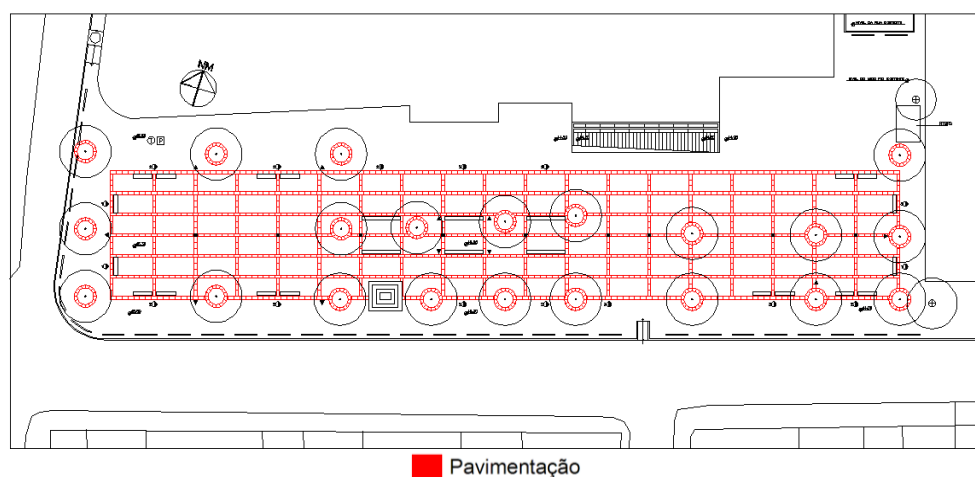


Figura 24: Planta do layout do piso na Praça Dom Adauto
Fonte: Cabral, 2007, p. 40.



Figura 25: Praça Dom Adauto em novembro de 2018
Fonte: Acervo do autor (2018).

Atualmente a praça encontra-se com poucas árvores que não produzem o sombreamento como sua última disposição, o piso encontra-se deteriorado e sujo (paralelepípedo de tamanho 0,20 x 0,40 m e laje granítica de 0,40 x 0,80 m, com alta absorção de calor), com mobiliário quebrado e vandalizado que recebe um alto índice de insolação e que carece de manutenção, a exemplo dos bancos (blocos retangulares de concreto armado, de 2,40 X 0,50 m, não são confortáveis nem atrativos, por serem de concreto eles esquentam com uma maior facilidade além do desconforto causado pela falta de encosto) (figura 26), caracterizando-se como uma praça seca, sem atrativos e com uma área apta para receber grandes eventos sazonais no centro histórico.



Figura 26: Descaso da Praça Dom Adauto em novembro de 2018
Fonte: Acervo do autor (2018).

CONCLUSÕES

A Praça compõe o cenário histórico da cidade através das edificações de seu entorno e dos usos religiosos pela presença do Conjunto Carmelita, conservando-se como um elo de práticas e sentidos tradicionais. Porém com a expansão da cidade para outras áreas na década de 1970, impulsionou que residências da Praça entrassem em declínio, desuso e abandono, e em alguns casos, tornando-se ilegalmente área de estacionamento de veículos. Nesta situação desfavorável, faltam atrativos para investimentos no comércio, serviço e lazer, aliando-se a falta de co-presença das pessoas, insegurança e às práticas contemporâneas, nas quais há a predominância para o uso de espaços coletivos privados sob o discurso da segurança e comodidade da aglomeração de serviços e lazer em um único espaço, também contribuíram para a não utilização da Praça como local de convivência, encontros e recreação por parte da população. Adiciona-se também que a permanência é desfavorecida pelos aspectos adotados no projeto da Praça, assim como pelas condições climáticas: a Praça não conta com equipamentos de lazer e práticas de esporte, os bancos não são confortáveis, apresentando desconforto causado pela falta de encosto e pelo uso do concreto, esquentando com uma maior facilidade abaixo do forte sol matutino e vespertino que incide na Praça. Enquanto à noite, a desertificação se instala pelo fechamento do comércio e pela falta da permanência de pessoas, gerando insegurança.

Este espaço urbano, local predominantemente de passagem, consequência também impulsionada pelo novo ritmo de vida urbana, ainda conta com seu público tradicional: os fieis da Ordem Carmelita. Porém a presença destes ocorre de forma muito pontual em dias e horários pré-determinados, geralmente no turno diurno. O uso da Praça por este público ocorre como uma transição da área externa para o acesso ao Complexo Carmelita, sendo raramente utilizado como permanência, após, ou antes, dos rituais religiosos, caracterizando-se como atividades excepcionais e de curta duração e que mantém seus valores históricos, culturais e de antiguidade remetente a tradição religiosa.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo*. 3 ed. João Pessoa: Idéia, 2002.
- ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes de. *Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes*. 2006. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.
- ALOMÁ, Patricia Rodríguez. *O espaço público, esse protagonista da cidade*. 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

- ARAÚJO, Darlene Karla. *Corredor Cultural da Cidade Alta de João Pessoa*. Trabalho de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de João Pessoa, UNIPÊ, João Pessoa, 2005.
- BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2000.
- BARBOSA, Cônego Florentino. *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. João Pessoa: A União Editora, 1953.
- CABRAL, Kelly Rodrigues. *Praça Dom Adauto: um espaço livre e público*. Trabalho de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de João Pessoa, UNIPÊ, João Pessoa, 2007.
- CENTRO (JOÃO PESSOA). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Centro_\(Jo%C3%A3o_Pessoa\)&oldid=52225797](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Centro_(Jo%C3%A3o_Pessoa)&oldid=52225797)>. Acesso em: 30 mai. 2018.
- DIEB, Marília de Azevedo. *Áreas Verdes Públicas da Cidade de João Pessoa: Diagnóstico e Perspectiva*. 1999. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.
- FERRARI, Celso. *Dicionário de Urbanismo*. São Paulo: Disal. 2004.
- GUEDES, Kaline Abrantes. *O ouro branco abre caminhos: O algodão e a modernização do espaço urbano da Cidade da Parahyba (1850-1924)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João; RABAY, Glória. *A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999.
- HERCKMAN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Parahyba. In: *Almanach do Estado da Parahyba*. Ano IX. Parahyba: [Imprensa Oficial], 1911.
- HONOR, André Cabral. *O verbo mais que perfeito: uma análise alegórica da cultura histórica carmelita na Paraíba Colonial*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- JOÃO PESSOA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jo%C3%A3o_Pessoa&oldid=53576392>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- LINS, Guilherme Gomes da Silveira D'Avila. *Uma apreciação crítica do período colonial na "História da Paraíba lutas e resistências"*. João Pessoa: Felipéia, 2006.

- IGREJA de Nossa Senhora do Carmo. In: *Memória João Pessoa: Informatizando a História do Nosso Patrimônio*. 2016. Disponível em: <<http://memoriajoaopessoa.com.br/acervopatrimonial/49.pdf>>. Acesso em: 18 de out. 2018.
- MAIA, Doralice Sátyro. A rua na cidade da Parayba (Brasil) no século XIX: Espaço de controle e expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana. In: *XIII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA - El control del espacio y los espacios de control, Barcelona, 5-10 de mayo de 2014*. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Doralice%20Satyro%20Maia.pdf>>. Acesso em: 18 de out. 2018.
- MEDEIROS FILHO, José Estevam de. *...e o bonde a burro foi implantado: um ícone de modernidade da cidade da Parahyba no final do século XIX*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- MELLO, Virgínia Pernambucano; ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de; SILVA, Rita de Cássia Alves Ramalho. *História da Ordem Terceira do Carmo da Paraíba*. João Pessoa: A União Editora, 2005.
- MORAIS, Fernando de Oliveira. As metamorfoses do Carmo. In: *Anais do III Seminário Internacional Urbicentros*, 2012. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST160.pdf>>. Acesso em: 18 de out. 2018.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil Séculos XVI-XVIII*. Volume II – Imagens. 2004. Tese (Doutorado em História da Arte) - Universidade do Porto, Porto, 2004.
- NUNES, José Horta. Praças públicas na contemporaneidade: história, multidão e identidade. *Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, SP*, v. 53, n. 2, p. 157-168, dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636985>>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- PALÁCIO Episcopal. In: *Memória João Pessoa: Informatizando a História do Nosso Patrimônio*. 2016. Disponível em: <<http://memoriajoaopessoa.com.br/acervopatrimonial/19.pdf>>. Acesso em: 18 de out. 2018.
- PRIMEIRA Planta Urbana da Cidade - em escala. In: Centro Histórico de João Pessoa: Informações sobre o Centro Histórico de João Pessoa, Paraíba, Brasil. 2008. Disponível em: <<http://centrohistoricojp.blogspot.com/2008/01/primeira-planta-urbana-da-cidade-em.html>>. Acesso em: 18 de out. 2018.
- REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: FUPAM, 2000.
- ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Poare. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2002.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SEVERIANO, Francisco. *Anuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte*. Vol. I – 1894-1907. Torre Eiffel. Parahyba do Norte, 1907.

SILVA, Aline de Figueirôa. *Entre a implantação e a aclimação: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX*. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Anne Camila Cesar. *Sobre a requalificação de praças no Centro Histórico de João Pessoa: um panorama das ações entre as décadas de 1980 e 2010*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. *Percursos e processos de evolução urbana: o caso da Avenida Epitácio Pessoa na cidade de João Pessoa*. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

TEIXEIRA, C. Manuel. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. In: TEIXEIRA, C. Manuel (coord.). *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros horizonte, 2004.

VIDAL, Wynna Carlos Lima. *Transformações Urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940*. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.